



REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

ISSN 0102-9487

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Adelma Ferreira de Araújo, CRB-4/1567

CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 27-1, 2009/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; apresentação Marília de Azambuja Ribeiro. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Semestral

Inclui bibliografia.

ISSN 0102-9487 (broch.)

1. História – Brasil - Periódicos. 2. Estudos jesuítcos. I. Ribeiro, Marília de Azambuja.

94(81)

CDU(2.ed.)

UFPE

B981

CDD(22.ed.)

BC2009-161

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO	

DOSSIÊ: ESTUDOS JESUÍTICOS II

AS PRISÕES E O DESTINO DOS JESUÍTAS DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: NARRATIVA APOLOGÉTICA, PARADIGMA DE RESISTÊNCIA AO ANTI-JESUITISMO	9
LUIZ FERNANDO MEDEIROS RODRIGUES	

O REGIMENTO DAS MISSÕES: PODER E NEGOCIAÇÃO NA AMAZÔNIA PORTUGUESA	46
MÁRCIA ELIANE ALVES DE SOUZA E MELLO	

OS JESUÍTAS E O “AUMENTO E CONSERVAÇÃO” DO ESTADO DO MARANHÃO E PARÁ (SÉC. XVII)	76
RAFAEL CHAMBOULEYRON	

ESTUDOS SOBRE AS MISSÕES JESUÍTICAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE: ARCAÍSMO E MODERNIDADE NAS FRONTEIRAS COLONIAIS	105
MARIA EMILIA MONTEIRO PORTO	

INTERPRETAÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE <i>CURA ANIMARUM</i> E <i>POTESTAS INDIRECTA</i> NO MUNDO LUSO-AMERICANO	140
CARLOS ALBERTO DE M. R. ZERON	

A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS REAIS: AMBIGÜIDADE E PRUDÊNCIA NO PODER DAS AUTORIDADES LOCAIS NA AMÉRICA DO SÉCULO XVII	178
RAFAEL RUIZ	

RELIGIÃO E POLÍTICA NOS RITOS DO MALABAR (SÉC. XVII): INTERPRETAÇÕES DIFERENCIAIS DA MISSIONAÇÃO JESUÍTICA NA ÍNDIA E NO ORIENTE	203
ADONE AGNOLIN	

O PARAÍSO DO ASTRÔNOMO: O <i>CÉU EMPÍREO</i> SEGUNDO CRISTOFORO BORRI (1583-1632)	257
LUÍS MIGUEL CAROLINO	

ARTIGOS

UMA ESTRANHA NOÇÃO DE CIÊNCIA: REPERCUSSÕES DO PENSAMENTO EUGÊNICO NO BRASIL	279
CARLOS ALBERTO CUNHA MIRANDA	

POVOS INDÍGENAS NAS GUERRAS E CONQUISTA DO SERTÃO NORDESTINO NO PERÍODO COLONIAL	331
RICARDO PINTO DE MEDEIROS	

TRANSCRIÇÕES

APOLOGIA <i>PRO PAULISTIS</i> (TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO)	362
CARLOS ALBERTO DE M. R. ZERON E RAFAEL RUIZ	

RESENHAS

MARZAL, MANUEL; BACIGALUPO, LUIS (ED.). LOS JESUITAS Y LA MODERNIDAD EN IBEROAMÉRICA (1549-1773)	417
CAMILA LOUREIRO DIAS	

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que oferecemos ao nosso leitor mais um número da Revista Clio – Série Histórica, o qual contém o primeiro dos dois volumes do Dossiê “Estudos Jesuíticos” por nós organizado.

Tema tradicional e de enorme importância para nossa historiografia, os estudos jesuíticos, nos últimos anos, tem atraído novos pesquisadores e vem conhecendo uma profunda renovação de temáticas e abordagens.

A organização desse Dossiê, então, permitiu a reunião de uma amostra significativa da mais recente produção acadêmica sobre a atuação da Companhia de Jesus no mundo luso-americano.

Neste primeiro volume, estão reunidos os oito primeiros artigos, frutos do trabalho de importantes pesquisadores que atualmente, sob diversos enfoques, tem se dedicado ao estudo da atuação e da presença jesuítica em Portugal e seu império.

O primeiro artigo, intitulado *As prisões e o destino dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão: narrativa apologética, paradigma de resistência ao anti-jesuitismo*, do professor SJ Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), é um estudo dos meios de resistência adotados pelos os religiosos da Companhia de Jesus perante o anti-jesuitismo pombalino.

A professora Márcia Eliane Alves de Souza e Mello, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por sua vez, nos apresenta, em seu artigo *O Regimento das Missões: poder e negociação na*

Amazônia Portuguesa, um novo estudo sobre a formação do Regimento das Missões no Maranhão e Grão-Pará, enfatizando as negociações entre o poder central e as elites locais na formulação da legislação.

Ocupando-se do mesmo contexto geográfico, o professor Rafael Chambouleyron, da Universidade Federal do Pará (UFPA), analisa as percepções dos jesuítas em torno dos problemas do uso da força de trabalho indígena na Amazônia, ao longo da segunda metade do século XVII.

Deixando o espaço do Estado do Grão-Pará e Maranhão pelo do Estado do Brasil, a professora Maria Emília Monteiro Porto, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), traz seus *Estudos sobre as missões jesuíticas na Capitania do Rio Grande: arcaísmo e modernidade nas fronteiras coloniais*.

Seguem-se as contribuições do professor Carlos Alberto M. R. Zeron, da Universidade de São Paulo (USP) e do professor Rafael Ruiz, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ambos os textos baseiam-se nos conteúdos jurídicos da *Apologia pro paulistis*, texto inédito, por eles transcrito e traduzido e que se encontra publicado ao fim deste volume.

O texto de Carlos Zeron, intitulado *Interpretações das relações entre 'cura animarum' e 'potestas indirecta' no mundo luso-americano*, debate elementos importantes sobre a orientação teórica da missão jesuítica no Brasil, discutindo a maneira como certas noções dominantes em âmbito europeu foram incorporadas localmente pelos missionários da Província do Brasil e propondo uma reflexão sobre a dimensão política da missão jesuítica na América Portuguesa.

Já o artigo *A Interpretação das leis reais: Ambigüidade e prudência no poder das autoridades locais na América do século XVII* do professor Rafael Ruiz propõe um exame de como a interpretação de leis por juristas e teólogos residentes na América era usada pelas esferas de poder locais na consecução de seus interesses.

O sétimo, e mais longo artigo apresentado neste dossiê, nos foi gentilmente enviado pelo Professor Adone Agnolin, também da Universidade de São Paulo (USP), com o título: *Religião e Política nos ritos de Malabar: Interpretações diferenciais da missão jesuítica*

na Índia e no Oriente (séc. XVII); ele procura discutir a polêmica desencadeada a partir da tentativa do jesuíta italiano Roberto de'Nobili de conciliar hinduísmo e cristianismo na empresa evangelizadora em Madurai, que traria um conflito nas missões indianas quanto à concessão do direito aos neófitos de continuar a praticar alguns ritos ligados à tradição de seus pais e, posteriormente, uma divergência na interpretação de tais ritos.

Por fim, o professor Luís Miguel Carolino, da Universidade de Lisboa, especialista em história da ciência, em *O paraíso do astrônomo*, analisa a teoria do céu empíreo, segundo o astrônomo Cristóforo Borri (1583-1632). Teoria essa amplamente defendida pela intelectualidade católica do período moderno, em particular pelos membros da Companhia de Jesus.

Sempre no contexto do Dossiê, podemos incluir a contribuição da doutoranda pela École des Hautes Études en Sciences Sociales: Camila Loureiro Dias, que nos enviou a resenha da obra *Los jesuitas e la modernidad en Iberoamérica*, organizada por Manuel Marzal e Luis Bacigalupo.

O volume também consta de dois artigos, externos ao Dossiê, um do professor Carlos Alberto Cunha Miranda, outro do professor Ricardo Pinto de Medeiros, ambos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O primeiro trata do interessante tema da repercussão do pensamento eugênico no Brasil durante os séculos XIX e XX; o segundo, por sua vez, aborda o papel dos povos indígenas nas guerras de conquista do sertão nordestino no período colonial.

Assim, satisfeitos com os resultados obtidos, agradecemos a todos aqueles que de algum modo permitiram a realização deste volume.

Recife, junho de 2009
Marília de Azambuja Ribeiro

AS PRISÕES E O DESTINO DOS JESUÍTAS DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: NARRATIVA APOLOGÉTICA, PARADIGMA DE RESISTÊNCIA AO ANTI-JESUITISMO

SJ LUIZ FERNANDO MEDEIROS RODRIGUES
Universidade do Vale dos Sinos

Resumo: O anti-jesuitismo constitui um fenômeno e um movimento religioso, cultural, sóciopolítico, a nível internacional. Um dos mais inexoráveis perseguidores da Companhia foi Sebastião José de Carvalho e Melo, que desencadeou uma feroz campanha anti-jesuitica, com influências internacionais. Após a sua caída, os jesuítas sobreviventes, dispersos pelos vários reinos, ensaiaram um processo de resistência ao anti-jesuitismo europeu com escritos. O objetivo deste artigo é examinar um destes escritos, a “*Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus no reyno de Portugal, nas suas prisões, destierros e carceres, [...] do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado del Rey D. José I [...]*”, de Lourenço Kaulen, inserindo-o no “processo de resistência ao anti-jesuitismo” (e a sua expressão mais violenta, a jesuitofobia), como tentativa dos ex-jesuítas sobreviventes de contra-atacarem o imaginário mítico do “*complot dos jesuítas*” e do *jesuitismo como sendo prejudicial à sociedade* e fonte de toda sorte de malefícios. Kaulen inaugura um novo tipo de escrito, o “apologético-histórico”, modelo e paradigma para outros relatos e apologias filojesuíticas. O estilo retórico-apologético, com conotação fortemente emotivo-dramática,

longe de marginalizar a inteligência crítica e o discernimento soberano do leitor, procurará recompor a dinâmica do esquema mental do *sentir com* dos Exercícios, levando-o ao *discernimento do justo-injusto*, leal-desonesto, coerente-incoerente. Discernimento que adirará o emocional e se constituirá no caminho por excelência da práxis e do agir ético, isto é, na necessidade de reparação das injustiças feitas aos jesuítas. Através desta dinâmica, o autor estimulará a inteligência discernitiva do leitor, animando-o a deixar de ser um mero “ouvinte” passivo e inoperante, para ser agente de superação das injustiças e de restabelecimento da justiça, restabelecendo a honra da Companhia e a justiça aos jesuítas.

Palavras chave: Anti-jesuitismo; Lourenço Kaulen; Companhia de Jesus

Abstract: The anti-jesuitism comprehends a phenomenon and a worldwide religious, cultural, social and political movement. One of the most inexorable persecutors of the Society was Sebastião José de Carvalho e Melo, who ran a heavy anti-jesuit campaign with international influences. After their fall, the surviving jesuits, spread through many kingdoms, rehearsed a process of resistance to the european anti-jesuitism with many writings. The objective of this article is to examine one of them: *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus, nas suas prisões, destierros e cárceres, [...] do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado Del Rey D.José I [...]*, written by Lourenço Kaulen, inserting him in the process of resistance to anti-jesuitism (and its most violent expression, the jesuitofobia), as an attempt of the surviving former jesuits to counterattack the mythical imaginarium of the jesuits’ “conspiracy” and of “jesuitism as a harm for society” and source of all sort of bewitches. Kaulen starts a new kind of writing, the “apologetical history”, model and standard for later testimonials and jesuit apologies. The rethorical-apologetical style, with dramatic and emotional tone instead of isolating the reader’s critical intelligence, tries to recover the dinamic of the *feeling with* mental set of the *Exercises*, leading them to the judgement *fair-unfair, loyal-dishonest, coeherent-incoherent*. This judgement will touch the emotions and will be the path *par excellence* to ethical *praxis* and attitude answering the necessity of repair the injustices done to the jesuits. Through this dynamic, the author stimulates the reader’s discerning intelligence, encouraging him/her to be an agent in getting over the injustices and restablishing the justice, and consequently the honor of the Society of Jesus.

Key-words: Anti-jesuitism; Lourenço Kaulen; Society of Jesus

A “Extinção da Companhia de Jesus” foi um processo que se desenrolou por cerca de quinze anos. Tratou-se de um evento com dimensões européias, cujas ramificações e repercussões chegaram até as mais longínquas missões do ultramar colonial. Mais ainda, as crescentes acusações de culpa, mais ou menos vagas, contra a Companhia, em geral, e contra jesuítas específicos, em particular, tornavam-se mais eficazes lá onde o imaginário anti-jesuítico, até então imperceptível, tinha tomado corpo através do “público e notório” das acusações das autoridades civis e eclesiásticas.

O processo das sucessivas expulsões de missionários jesuítas não resultou unicamente de argumentações de cunho puramente político ou de questões de disciplina eclesiástica, mas foi fortemente vinculado a uma imagem coletiva que se difundiu, ou foi difundida, através daquilo que o panfleto *Sur la Destruction des Jésuites en France* do enciclopedista d’Alembert chamou de “esprit de vertige”¹. Este, concreta e socialmente, se manifestou com toda a sua eficácia através dos panfletos e das imagens satíricas contra a Companhia, criando no público europeu um espírito anti-jesuítico. Um exemplo significativo é a gravura publicada nas *Arme Istoriata de Gesuiti cagione de misfatti in ogni genere di cui sono colpevoli* [figura 1].

Segundo o autor das *Arme*[...], as armas dos jesuítas eram o ferro, o fogo e o veneno, usados para arruinar os reinos, soberanos e súditos, com empresas maquiavélicas. O pequeno escudo no centro da gravura indicaria as pretensões dos jesuítas à soberania. O cordão de serpentes, sustentado pela calúnia com os dentes, mostraria os vários giros e regiros dos impostores. Já a medalha de Maquiavel, ídolo dos jesuítas, serviria de insígnia da Companhia pela aplicação de suas máximas. A possibilidade do Estado de pura natureza, o pecado filosófico, a restrição mental, a probabilidade, a imprudência e a inveja, seriam as fontes da incredulidade, da blasfêmia e da corrupção de costumes, formam a coroa de glória. A roda e a força constituiriam o penacho da dita coroa.

Na mesma gravura, à direita, estaria a figura que representa a Hipocrisia. Esta, desmascarada por si própria, veste-se com o hábito jesuíta. A hipocrisia desmascarada estaria pisando a Religião, representada pelo papa deitado sob os pés do jesuíta. Ao mesmo tempo, o jesuíta esconderia, sob o seu manto, a Discórdia e incitaria o Fatalismo,

representado por uma figura contorcida nas sobras e armada de punhal e uma tocha, para fazer os mais detestáveis delitos, com a promessa do martírio, do qual o primeiro jesuíta mostra as palmas.

Ao lado deste jesuíta, um segundo confirmaria o primeiro com a autoridade dos escritos de vários membros da Ordem cujos nomes são mostrados no pergaminho que mostra. Aos seus pés, a imagem de um Rei apunhalado e morto; funesto efeito e vítima infeliz destes autores.

A Estátua Chinesa sob as árvores, escondida por este jesuíta, revelaria a idolatria praticada pela Companhia de Jesus na China, provando, segundo o autor da gravura, que a Religião dos jesuítas é só interesse.

A imagem do Dragão representada à esquerda da gravura demonstra todo o furor da Companhia contra o próprio Deus; a inaudita perseguição dos jesuítas movida contra os mais fiéis Servos de Deus; a sua obstinação no arruinar a boa ordem e as regras de todos os Estados.

O Dragão representado é o do Apocalipse, verdadeira imagem da Sociedade de homens perversos e sedutores; a qual, bem que composta por muitos membros diferentes, não de menos, onde todos participariam do mesmo tronco e tenderiam ao mesmo fim, isto é, a destruição de todo bem.

A cabeça do Dragão é pluricéfala. Uma das cabeças, voltada para cima, blasfema contra a Onipotência, a Justiça e os Ofícios devidos a Deus com a idolatria na China. Duas outras mordem e desfiguram o livro com o ideograma do Espírito Santo por meio do P. Arduino e Berruyer. Outras duas, juntas, mordem e destroem a Tradição e toda a sã Teologia, com a introdução de uma idolatria nova e perniciosa. A cabeça que aparece sob a asa do dragão cuspe labaredas de fogo, com as suas blasfêmias toda a moral Cristã, representada na Cruz caída e pisoteada; persegue todos os Estados, representados pela Coroa e Tiara caídos; destrói toda a Lei de Deus, representada pelas Tábuas de Moisés; e, finalmente, vira todo o culto do Senhor, indicado no Incensador virado no chão. A mitra caída mostra quanta independência dos Ordinários os jesuítas queriam ter.

Por fim, a última cabeça do dragão profana e vomita blasfêmias contra o Santíssimo Sacramento do Altar, pisado pelo P. Pichon.

O autor da explicação da gravura ainda adverte os seus leitores sobre a segurança dos cidadãos e o Jus das Gentes. O dragão pisa com uma

das suas patas os privilégios dos diversos Corpos sociais e, sobretudo, da Igreja Galicana; e ameaça, com outra, a estabilidade do Governo e o direito do Soberano sobre todos os seus súditos, sem excetuar os eclesiásticos.

Ao mesmo tempo, o longo rabo do dragão indicaria a prodigiosa extensão do seu domínio e as asas mostrariam a espantosa rapidez dos seus progressos.

Por último, uma advertência do autor das *Arme[...]*: “Leia as novas de Portugal, o Jesuíta réu, a Moral prática, as cartas provinciais de Covet, o Problema etc., e vós os conhecereis. Queira Deus, que esta estampa lhe cubra de uma confusão salutar, e vos converta, Amém, Amém”²².

Esta imagem, bem como muitas outras publicadas na mesma época, testemunha uma verdadeira campanha anti-jesuítica que não conhecerá fronteiras e cujo ponto culminante será a supressão da Companhia de Jesus pela Bula *Dominus ac Redemptor* (assinada por Clemente XIV, aos 21 de Julho de 1773, mas publicada somente em 17 de agosto).

Tais observações constituem o ponto de partida para este ensaio. Sem desconhecer que as medidas anti-jesuíticas adotadas pelos soberanos europeus, entre 1755 e 1773, muitas vezes tinham por base fatos materiais indubitavelmente verificados, cujos motivos políticos e econômicos cada vez mais são examinados pelas pesquisas recentes, houve, por parte dos próprios jesuítas, um “processo de resistência” a este “imaginário coletivo” anti-jesuítico que se espalhava por todos os cantos da Europa e do ultramar. Esta resistência jesuítica se materializou, sobretudo, através de escritos apologéticos e de publicações de relatos e diários dos sofrimentos e aflições que os jesuítas passaram em suas prisões.

O interesse condutor deste trabalho liga-se ao “processo de resistência” dos jesuítas face à campanha difamatória anti-jesuítica movida pelas cortes européias, em geral, e pela sociedade intelectual, em particular.

Para exemplificar este “processo de resistência”, foi escolhido o manuscrito de Lourenço Kaulen, *Relação de algumas cousas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus no reyno de Portugal, nas suas prisões, desterros e carceres, em que estiverão por tempo de*

18 annos, isto he do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado del Rey D. José I sendo Primeiro Ministro [...] Marquez do Pombal. Manuscrito, obra feita pelo Padre Lourenço Kaulen Allemão da cidade de Colonia a borda do Rheno, e companheiro dos de que escrevo, Missionario que foi no Brasil na Provincia de Para nos rios de Tocantins, Amazonas e Xingu.

Kaulen descreve os cárceres onde foram aprisionados os padres da Companhia em Portugal, descreve os sofrimentos e o modo como padeceram a prisão a começar pelas “notícias” dos acontecimentos com os jesuítas do Grão-Pará e Maranhão, uma vez que, para ele, ali se deu o primeiro “fogo para a ruína e exterminação de todos”³. O manuscrito foi escrito em 1784, após a libertação dos jesuítas dos cárceres portugueses⁴.

As Prisões dos Jesuítas e o desterro para Portugal

Kaulen narra os fatos que aconteceram com os jesuítas da Vice-Província do Grão-Pará e Maranhão a partir de 1759, quando ainda tinham ficado 39 membros da Companhia no Pará⁵.

Quando todos os superiores e alguns outros jesuítas receberam ordem de desterro no ano de 1759, ninguém pensava numa expulsão geral do Pará. Era idéia comum que as autoridades conservariam apenas uma comunidade no Colégio de São Luís do maranhão e que algum dia esta poderia ajudar os párocos com os jesuítas como missionários. Por isso, os bens que se entregavam nas aldeias, não se davam por confiscados, mas como em depósito, persuadindo-se todos os jesuítas que a Companhia faria um recurso à justiça do monarca.

Em junho de 1760, chegou ao porto de São Luís uma nave de guerra com ordens para o desterro de todos os jesuítas. Ficou ancorada na barra, mandando apenas à terra os dois capitães-tenentes. Estes se dirigiram imediatamente ao palácio do governador Francisco Xavier, onde leram a ordem que traziam. Após a leitura e despachadas as cerimônias de praxe, o governador deu ordem para soar o *regatte*, como se houvesse uma invasão de inimigos por terra. Na mesma hora, os destacamentos de soldados iniciaram o cerco do colégio dos jesuítas.

Expediram-se ordens para todos os lugares onde poderiam estar os jesuítas. A ordem intimava que se recolhessem no mais breve tempo ao Colégio de São Luís.

Kaulen relata que, à medida que estes iam chegando ao colégio, imediatamente recebiam ordem de prisão domiciliar. Seguros os jesuítas, as autoridades procederam ao confisco dos bens materiais da Companhia. A nave que estava na barra do porto de S. Luís partiu para Belém do Pará.

Uma vez no Pará, de modo semelhante a quanto já tinha acontecido no Maranhão, deu-se execução à ordem de cerco do Colégio de Santo Alexandre e do Seminário do Pará, da casa da Vigia e das fazendas mais próximas.

Alguns oficiais, acompanhados de soldados foram buscar o P. Antônio Batista⁶ que estava na fazenda de Gibrié⁷. Encontrando-o a meio caminho no rio, quando ia para o colégio. Revistaram a sua canoa, confiscando-lhe até uma caixa de tabaco, suspeitando que levasse algum dinheiro escondido⁸.

Kaulen ainda relata o caso de um religioso que, durante a noite, indo ao coro para rezar, tropeçou em num banco, fazendo-o cair sobre o tablado, causando, como de natural, um grande estrondo. As sentinelas logo deram o alarme, juntando a milícia na praça, causando grande alvoroço na cidade inteira porque acorriam armados. Pensando que os jesuítas presos tivessem armado uma rebelião, os soldados abriram com ímpeto as portas do colégio e, entrando os oficiais com a guarda armada, indagaram o que tinha acontecido. Diante da simples explicação do reitor, fizeram-no jurar com uma mão sobre a cruz de que dizia a verdade.

Com estes fatos, Kaulen inicia a narração de como foram tratados os jesuítas nas primeiras horas da sua prisão. Para além do simples registro dos acontecimentos, a narração de Kaulen visa, antes de tudo, testemunhar como desde o início os jesuítas não apenas não se rebelaram contra as ordens do monarca, ainda que injustas, mas pelo contrário, fiéis ao espírito de obediência ao rei, responderam com total submissão.

No dia de Santo Inácio, os jesuítas pediram licença para que o bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões, lhes permitisse celebrar as vésperas com a porta da igreja aberta, possibilitando que o povo pudesse assistir no coro. O bispo primeiramente consentiu. Pouco depois, porém, receberam

ordem para que a porta da Igreja fosse fechada e que não se permitisse ao povo que entrasse. Todavia, após conferir com o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, deu-se ordem para que de nenhuma maneira os jesuítas pudessem celebrar as vésperas, que neste meio tempo, já tinham iniciado. Desta forma, narra Kaulen, os padres foram obrigados a voltar para a sacristia e tirar os paramentos, sendo escoltados imediatamente para os quartos em que estavam presos.

Controlados para que não fugissem ou sequer se comunicassem com o exterior, os jesuítas, não somente se adaptaram às privações, mas “resistiram” aos controles dos militares antepondo, na medida do possível, a normalidade da vida de uma comunidade religiosa da Companhia.

Depois destes fatos, no Maranhão, um mês depois, os padres foram embarcados, à meia noite, entre soldados com as baionetas caladas, como era costume fazer com os réus de crimes graves.

Foram colocados a bordo de uma nave mercante, sob a coberta, pessimamente acomodados, pois no maior calor passaram tanto tempo fechados, tanto da parte da popa, como da proa. Ali, segundo as expressões de Kaulen, fizeram-lhes “suar sangue”, estando tão apertados que não cabiam todos no mesmo espaço, ainda que estivessem sentados uns aos pés dos outros, sem outro respiradouro que o da boca da escotilha⁹.

A narração de Kaulen prossegue registrando passo a passo as precauções tomadas pelos militares em relação a segurança e isolamento dos jesuítas prisioneiros. O tratamento dado, embora com certo respeito, era o mesmo reservado aos criminais perigosos¹⁰.

Depois de um dia, sem que a nave tivesse deixado o porto, e assim presos, os jesuítas pediram que se lhes desse alguma coisa para comer. A resposta do capitão foi que não se costumava comer senão depois de deixar a barra. Os presos se contentaram de poucas coisas secas que lhes tinha posto a bordo um amigo, a pedido do padre procurador, que tivera notícias do que estava por acontecer.

Partindo a nave, puseram logo dois soldados na boca da escotilha como sentinelas, que com as contínuas aberturas e sinais de alerta, não causaram pouca moléstia a todos os jesuítas presos¹¹.

O autor da *Relação* relata com pormenores as péssimas condições higiênicas a que os presos estavam submetidos; o espaço destinado aos confinados era tão pequeno que não permitia que todos estivessem

sentados ao mesmo tempo. Assim, alternavam-se em grupos para sentarem, estarem em pé e dormirem. O fedor, o bafo e o hábito de tanta gente confinada no mesmo recinto aumentavam o enjôo e as doenças entre os prisioneiros.

O comer, de ordinário, era farinha de pão, carne, e arroz, que vinham em um caldeirão descido por uma corda, o qual era repartido como podia ser a cada um no seu prato. Este sustento, além de ser pouco e muitas vezes mal preparado, era normalmente consumido com nojo e repugnância, especialmente no tempo do jantar, quando ocorria a limpeza dos vasos, que serviam para as necessidades humanas, e estavam, por ser o lugar muito apertado, em todas as partes, também onde comiam¹².

Durante a viagem, dois jesuítas ficaram doentes: um com as pernas inchadas e outro com retenção de urina. Para o jesuíta com as pernas inchadas, o médico de bordo aconselhou exercícios, ao que todos riram, porque ali não havia espaço nem para um só passo. Assim, aplicaram-lhe alguns banhos. Mas durante as curas, por engano, trocaram-se os remédios; ao das pernas inchadas deram-lhe o remédio para a retenção de urina, e vice-versa. O resultado foi que ambos foram curados.

Com a chegada da nave-prisão ao Pará, a primeira providência das autoridades foi a intimar o vice-provincial, o reitor e o procurador, que entregassem os livros das contas. O vice-provincial, juntamente com um outro padre, foi levado preso para o colégio, cada um no seu cubículo, com sentinela à porta, noite e dia, com a única consolação de poderem ir, sempre entre guardas, à missa nos dias santos.

Segundo Kaulen, a prisão dos jesuítas não tinha como objetivo a pretendida reforma anunciada pela bula de intervenção da Companhia; nem era interessada às pessoas ou ao Instituto da Companhia, mas tão somente às contas. A insistência pelos bens materiais da Companhia era tanta por parte das autoridades que, para os jesuítas, estas tinham a intenção de pilharem as temporalidades. Por isso, o ecônomo da vice-província queimou os seus livros, “para não terem o gosto de vê-los”¹³.

O vice-provincial, embora doente, foi levado a juízo em braços dos outros, do bojo da nave, ao cair de noite. Aos dois ditos presos se lhes sempre controlava a comida, até o vaso da limpeza.

Desembarcados os demais jesuítas e aprisionados no Colégio do Pará, ali foram separados os padres professos dos não professos; inquirindo-se em particular a cada um. Os já inquiridos eram separados dos demais, para assim se manter o segredo das inquisições. Os interrogatórios se seguiram repetidas vezes.

Passados alguns dias, Francisco Xavier e D. Miguel de Bulhões vieram ao colégio, e, mandando chamar todos os jesuítas que não eram professos, interrogaram-lhes se queriam sair da Companhia e entrar nas graças do monarca, fizeram-lhes promessas para que aceitassem. Kaulen diz que cada um respondeu como Deus o ajudara naquela *tentação*. Poucos foram os que aceitaram ceder às propostas do bispo, razão pela qual, mandaram numa outra noite, pelas 10 ou 11 horas, um novo oficial para *solicitar* aos padres mais jovens e aqueles que lhes pareciam mais susceptíveis.

Outra forma de convencimento dos mais jovens foi a de enviá-los para um hospício dos frades de S. Antônio, chamado S. Boaventura no Tição, em Belém do Pará. Frustrada também aquela tentativa de fazê-los deixar a Companhia, foram restituídos para o colégio-prisão junto com os demais¹⁴.

Seguiram-se mais duas tentativas de convencimento dos escolásticos sem últimos votos a deixarem a Companhia: uma feita pelo vigário-geral P. Manuel Monteiro¹⁵ e outra através das mães e parentes dos próprios jesuítas. Neste último caso, Francisco Xavier de Mendonça Furtado fez convocar a mãe de um escolástico que, não podendo evitar a ordem do governador, fez o contrário de quanto se mandava. Incitou o próprio filho a resistir na Companhia “até morrer”, ameaçando-o de não recebe-lo em sua casa, nem de reconhecê-lo como filho, se vacilasse.

Kaulen ainda narra o caso do escolástico de retórica, chamado Manuel de Nóbrega¹⁶, como exemplo de resistência. Numa tentativa extrema de convencimento, o governador levou o jovem estudante jesuíta para o seu palácio, onde ficou retido por oito dias, sendo bem tratado e tentado com muitas promessas, inclusive de casamento. O jovem preferiu o exílio, sendo restituído à prisão no colégio.

Em geral, o tratamento que tiveram os presos no colégio foi sujeito a privações de várias ordens. O comum da comunidade era vendido no mercado público da cidade.

Passados dois meses, os jesuítas foram reembarcados numa nave de guerra, sempre à noite, com escoltas de dois soldados por preso, precedidos por rigorosa revista pessoal. Ali permaneceram ancorados por mais oito dias, obrigados a dormirem em qualquer canto do navio, sobre os galinheiros e amarras¹⁷.

O sustento durante a viagem foi pouco e péssimo; os presos padeceram de muita fome. Praticamente tudo que se lhes dava estava apodrecido. A carne era salgada e com mau cheiro; a farinha de pão, que se dava no lugar de pão, era *resfriada* e parecia terra branca. O único alimento que Kaulen considerou ser um pouco melhor foi o pouco toicinho cozido que os presos recebiam para o almoço; alimento que a maior parte dos padres não podia comer pelo excesso de gordura. A janta, mais regulada, era uma colher de *letria*¹⁸ bem rala. Também recebiam, no jantar, um pouco de chocolate, que não era podre, mas a porção era limitada a 7 ou 9 tijolos (cerca de libra e meia¹⁹) para cento e tantas pessoas.

Os doentes tinham o seu quarto de galinha e um bocado de pão. Dos quatro jesuítas que morreram nesta viagem, Kaulen relata que alguns dos seus companheiros asseguravam que pelo menos um deles teria morrido de fome: o napolitano Sebastião Fusco; homem corpulento de 70 anos de idade.

O P. José Ferreira²⁰, antes de partir do Maranhão, se prepara para a prisão com os exercícios de S. Inácio, adoeceu de uma hidropisia²¹ e morreu no Colégio do Pará, no dia de Nossa Senhora da Boa Morte, celebrada em 15 de agosto de 1760.

O segundo que morrera antes da viagem fora P. Bento de Paiva, homem cego e achacado de uma grande *potra*²², de 70 anos. Por causa da sua doença os oficiais pensavam em deixá-lo preso no Pará, separado dos demais. Mas na véspera da partida da nave, começou a sentir uma indisposição e morreu depois de receber os sacramentos.

A viagem marítima até Portugal durou quase três meses. A nave chegou a Cascais, onde se lançou âncora e se mandou o *pregão* a terra²³. Como a nave era uma nau de guerra e tinha portinholas na parte inferior, os carcereiros permitiram que estas fossem abertas no depósito onde os presos estavam trancados, para entrar algum ar fresco; mas com ordens

e ameaças severas de que se acaso algum deles olhasse por elas, logo todas seriam imediatamente fechadas.

Antes de desembarcar qualquer prisioneiro, as autoridades ainda tentaram persuadir alguns dos jovens estudantes a deixarem a Companhia. Depois, em silêncio, dividiram os presos em três grupos. Uns seis, que não eram portugueses, foram levados para a prisão da Torre de S. Julião da Barra. Esta era conhecida como uma prisão onde os presos duravam pouco, pelas péssimas condições de trato e de higiene. Segundo Kaulen, o motivo principal era impedir que os estrangeiros deixassem Portugal e que, através deles, as cortes européias conhecessem a injustiça das prisões dos jesuítas. Dos demais, alguns foram mandados para os cárceres de Azeitão, e, a maior parte, embarcados para Civitavecchia, Roma.

A prisão definitiva: a Torre de São Julião da Barra

Os jesuítas que foram destinados à prisão em Torre de S. Julião da Barra²⁴, no litoral perto de Lisboa, chegaram lá aos 3 de dezembro 1760. Kaulen sublinha que chegaram pelas 10 horas da noite, sem terem jantado. Foram conduzidos pelos labirintos da prisão, de tal modo, que não tinham qualquer idéia da parte onde se encontravam. A descrição de Kaulen relatou que os prisioneiros tinham sido levados por uma espécie de *cano* (ou entrada) subterrânea, que saía ao alto do caminho para dita Torre, de forma que nunca poderiam reconhecer o caminho por onde tinham passado.

Os prisioneiros eram colocados ao pé das lâmpadas de óleo dos cárceres subterrâneos, onde aguardavam serem chamados pelo oficial que os conduzia. O oficial que os acompanhava, chamava um por um, levando-o consigo, e chegando ao cárcere designado, abria-o dizendo: «Tenha a bondade de se acomodar aqui». Trancando a porta da cela, ficava o prisioneiro às escuras, sem saber onde estava. Algum tempo depois, os carcereiros traziam uma vela de sebo acesa, a qual, quando consumida, deixava o preso novamente às escuras.

Empurrado para dentro do cárcere, Kaulen relata que ficou parado no mesmo lugar, sem se mexer, por não saber se ali haveria algum alçapão, ou cova, ou bicho. Ficando assim por bastante tempo, cansou-se, e não ouvindo nada, estendeu os braços para ver se tocava em alguma coisa.

Achando uma coisa de madeira que estava firme, e bulindo com os pés, parecendo-lhe estar seguro, ali se sentou, fazendo atos da resignação, até que, bem tarde, os carcereiros vieram com um pedaço de vela pequena trazer-lhe um pouco de lentilha para jantar. Foram-se logo, mas lhe deixaram com a maior alegria que podia ter naquela ocasião, com a pouca luz, pois com ela foi desenganando-se e livrando-se do susto.

Aquela noite Kaulen dizia que os jesuítas presos tinham ficado sem cama, dormindo sobre tábuas, em cárceres tão úmidos que vertiam água por todas as partes, e tinham o chão cheio de lama. Pela madrugada, trouxeram-lhes uma xícara ou de café, ou água de chocolate. Kaulen anota ainda que para ele, aquilo tinha sido como se fosse uma ambrosia vinda do céu, porque, como estava com frio e com muita fome, ainda quando se lembrava, *se lhe vinha de lambar os beiços*²⁵.

Como na cela não havia nada, Kaulen despiu o roupão, e fez dele uma trouxa que, com o chapéu, serviu-lhe de cabeceira; e assim se deitou sobre a tarimba, antes que acabasse a luz. Por 8 dias ficaram no escuro, porque as velas tinham terminado. Na cela de Kaulen, a vela durara apenas 6 horas. Recebeu, depois, uma lâmpada de óleo para o dia e para a noite. Depois de 15 dias, após outra rigorosa perquisição corporal, e perguntando se traziam ouro ou prata, os carcereiros devolveram algumas das poucas coisas que traziam quando entraram.

Algum tempo depois, trouxeram-lhe o breviário, e o pouco que tinha trazido consigo, uma vela inteira e outras coisas necessárias, mas nem cama, nem palha, e assim ficou por muito tempo só sobre as tábuas. Kaulen observa que isto lhe custou muito, porque vinha fraco e exausto dos primeiros cárceres e da viagem. Mais tarde, deram-lhe um companheiro e um banquinho para se sentarem, quando comiam.

Kaulen ainda se refere à notícia que tinha ouvido de que sendo informado o Marquês do Pombal, que os padres estavam seguros naqueles cárceres, teria dito que enquanto ele vivesse, os padres não veriam o sol.

Passados alguns dias, os jesuítas sacerdotes pediram para poderem celebrar a missa, poder confessar e receber a comunhão, ao menos por desobriga da Quaresma. Os carcereiros responderam que tinham informado os superiores e que dariam as ordens necessárias, as quais, segundo Kaulen, nunca apareceram. Assim, passaram anos como se estivessem no meio dos gentios.

Somente depois de dezenove meses é que lhes foi permitido fazer a barba, e quando o puderam fazer, de vez em quando, serviram-se de um algar²⁶.

O manuscrito de Kaulen segue descrevendo o modo com que tinham sido presos e tratados os jesuítas que estiveram na Província de Salcete de Goa, no Estado da Índia²⁷. E segue narrando sobre a prisão, seqüestro e a expulsão dos jesuítas que estavam na cidade de Macau, a partir do ano de 1762. Descreve ainda a prisão dos religiosos da Companhia que estavam na China e Japão²⁸.

Kaulen prossegue contando como tinha sido feito o embarque dos 24 jesuítas de Macau e a viagem a bordo do navio de S. Luís²⁹. Ao longo da narração da prisão e desterro dos jesuítas que se encontravam em Portugal, Kaulen traça, com freqüência, um contínuo paralelo entre o sofrimento e as humilhações que os jesuítas eram submetidos com os padecidos por Cristo ao ser levado para o Calvário.

Um tratamento menos severo foi reservado aos jesuítas que iam sendo concentrados nos Cárceres de Almeida. Embora a custódia fosse igualmente severa, o tratamento foi mais respeitoso e mais humano.

Os cárceres de Almeida tinham sido antes quartéis de soldados. Eram cárceres postos diretamente sobre a terra, quase no meio de uma fortaleza³⁰. Eram feitos de cantaria³¹ muito grossa, assim como os assoalhados. Em cima, eram de abobada. Sobre estas moravam os soldados nos seus quartéis e também atrás deles. Deste modo, as prisões eram de máxima segurança.

Kaulen descreve com pormenores as prisões de Almeida, desenhando uma planta rica em detalhes. Ali estavam concentrados os jesuítas presos em todas as casas da província de Portugal, os quais, depois de ser declarada a guerra entre Espanha e Portugal, no ano 1762, foram levados para Lisboa, e daí, para a Torre de São Julião da Barra³².

A vida na Torre de S. Julião

De forma grosseira, Kaulen desenhou a planta dos cárceres de S. Julião, indicando as celas daquele penoso mundo subterrâneo dos jesuítas.

Na Torre de S. Julião da Barra, além dos cárceres que estavam sobre a terra, onde tinha luz e ar, havia também outras 26 celas subterrâneas.

Umas eram maiores de que as outras. Havia algumas tão pequenas, que mal o prisioneiro podia estar em pé, com abobadas por cima, a modo de um forno, que repartido pelo meio, fazia dois cárceres de um. Num destes estiveram até três presos, ficando-lhes somente o espaço necessário quanto cabia três enxergões, ou camas de palhas. Estas celas não tinham comunicação uma com a outra. Nenhuma delas tinha luz, fora a da lâmpada de óleo. E algumas delas quase nada de ar, ainda que tivessem nos muros uma fresta de 4 dedos de largura³³, e 2 palmos de comprimento³⁴. Não entrava por elas quase nada, porque os muros eram grossos de 8 a 10 palmos, as portas fechadas, e as clarabóias, por onde poderia entrar algum ar, eram tapadas. Estas frestas ainda tinham uma grade de ferro pelo meio.

Na entrada destes lugares havia uma forte e grossa cancela fechada, onde estava uma sentinela; daí a 30 passos, ficava um corredor comprido, com cárceres de ambas as partes, e, de um lado a outro, havia um corredor comprido em forma de meio círculo, com cárceres à direita deste da cancela, com três *vitesgas*³⁵; havia também alguns cárceres mais escondidos e retirados com outras portas. Do lado esquerdo para baixo, estavam as cisternas grandes da fortaleza (que não tinha poço), com os seus *resistos*³⁶. No fim deste corredor, iniciava um outro corredor comprido, igualmente com cárceres. Estes corredores tinham as suas clarabóias, como também alguns dos cárceres, mas eram fechadas com pedras grandes. Nos primeiros anos, uma só delas estava aberta, para poder entrar suficiente luz para que os carcereiros e os que serviam pudessem atinar com as portas.

Todos estes lugares estavam fechados sobre si com grossas portas e fechaduras; nos primeiros anos, com uma só, depois, por um caso que houve, puseram mais outra por fora, com ferrolhos grossos.

Antes de estes lugares serem as celas dos jesuítas, a maior parte servia para se lançarem neles todas as imundices da Torre.

Estes escuros lugares eram úmidos porque a água que se empossava em cima da fortaleza, ou pouco a pouco, ou repentinamente, caindo toda sobre os presos pelos buracos e fendas que tinham aquelas abóbadas velhas.

Houve ocasião em que a água que caiu sobre alguns dos presos era tanta que parecia um dilúvio; não só lhes molhou tudo que ali havia,

mas ainda o que traziam sobre si, não havendo parte alguma por onde se pudessem retirar.

Como sobre alguns cárceres estavam as cisternas, os presos das celas debaixo viviam num permanente lamaçal. Em quase todas as celas, de vez em quando, corria a água com tanta abundância, que não havia vasos ou bacias suficientes para apanhá-las. Chegando-se a lançar fora em uma só parte da noite mais de uma pipa³⁷.

Por todas as celas, geralmente corria água pelas paredes. Por este motivo, ficavam negras e lamosas como sebo, cujas paredes não se podia apalpar sem nojo, e algum frio, criavam “barbas” grandes de salitre branquejado, o qual humor, dizia Kaulen, era sumamente corrosivo, consumindo em pouco tempo tudo, inclusive o ferro.

O vestuário, roupa e sapatos, tudo que não se trazia sobre o corpo, em poucas semanas se corrompia e apodrecia; especialmente o que estava mais perto do chão ou das paredes, ainda que não se tocassem neles. Por isso, os chaveiros diziam que tudo ali apodrecia exceto os padres.

A bicharia era nojenta e fétida. Nascia naquele podre e lamento chão. Era muita. As pulhas³⁸ eram, às vezes, tantas, que olhando para a roupa que se tirava do corpo, parecia que os presos tinham suado sangue.

Além destes bichos, juntava-se a multidão dos mosquitos, que atormentavam os presos por um modo extraordinário e quase insuportável, com as suas soadas e picaduras de noite; fazendo-lhe inchar as mãos e a cara, de modo que era preciso dormir com o corpo todo coberto, com grande dificuldade para a respiração; mas deste remédio, nem todos se podiam servir, porque havia muitos asmáticos.

O fedor do chão úmido era empestado pelas muitas imundices. Exalava um mau odor dos vasos sujos, muitas vezes destampados (porque, no princípio, não se lhes permitia que pudessem cobri-los), junto com o mau cheiro dos corpos de gente, dos doentes, e da pouca limpeza em tudo; era tanto forte que atordoava a cabeça dos presos.

A este, somava-se o odor do azeite das lâmpadas de óleo, que às vezes eram uma mera borra grossa e preta. Esta, em lugares fechados onde havia muito pouco ar, naturalmente ofendia os peitos e a cabeça.

Por causa deste fedor e da falta do ar, muitos ficaram asmáticos, de modo que alguns, por falta da respiração, estavam literalmente morrendo.

No grande corredor que passava por baixo da terra, de frente aos cárceres, havia um cano sujo das imundices da fortaleza, no qual, por muitos anos e, por muitas vezes, despejaram os vasos imundos dos presos.

Este cano, em tempo da grande chuva, rebentava e enchia o corredor de água, e também os cárceres que ali ficavam de frente, por serem mais baixos; de maneira que em alguns havia mais de um palmo e meio desta água suja e fétida.

E como todos os cárceres eram de chão de terra, tudo ficava convertido em lama, de maneira que, em alguns, os presos não podiam por o pé fora dos seus tabuados, nem os de fora podiam entrar sem botas, ou sem serem obrigados a entrarem descalços para entregar a comida. Assim, algumas vezes, houve ordem para que os padres se descalçassem, para receberem o seu comer. Esta água sempre lá ficava e muita, mesmo que pouco a pouco lá se sumia, mas enchia a cela toda de bolor e de odor fétido, molestando gravemente os corpos dos presos.

Por fim, sob a torre do farol, havia outros cárceres pequenos, que chamavam de Armazém *Magazim*; além destes, havia ainda outros três cárceres, os quais tinham luz e ar. Por esta razão eram os melhores, mas o maior destes tinha uma qualidade terrível: quase todos que nele tinham sido trancados por longo tempo, tinham ficado uns *enstuperados*³⁹, ou entevados. E nele morreu mais gente do que em todos os demais cárceres.

Chamavam estes cárceres de *Armazin*, porque antes tinham sido o armazém da pólvora.

Tinham um cárcere maior e dois pequenos, em frente destes havia um corredor estreito pelo qual se passa para os cárceres. Na entrada havia duas escadas com duas portas, uma em cima, outra em baixo, e, por conseguinte, não eram fronteiras, nem se encontravam.

Depois que tiraram a pólvora, ficou alguma derramada no chão, e outra bastante entre as fendas das paredes, que eram forradas com tábuas grossas, para que o humor das paredes não fizesse mal a pólvora.

Kaulen relata que, quando tinham mandado para lá um soldado, para trancar aquele lugar, que era o último e o maior, barrando, causou fogo na pólvora resídua, a qual não tendo outra saída, passou pelo corredor das portas para fora, levando o soldado como uma bala de espingarda; ficou inteiro, mas morto e queimado na pele, no meio da praça, ou rua, sem o ter empurrado à parede, ou parte alguma.

Na parte de baixo, havia um cárcere subterrâneo (que entrando pela porta era o primeiro da parte esquerda, quase no fim do corredor) que chamavam de *inferno*, por ser o mais negro, horrível, lamacento, úmido, nojento e fétido. Suas paredes eram como a pele de um leproso, cobertas de sebo, ou matéria de feridas; que parecia impossível viver nele gente por muito tempo.

Para se entrar nele (como também no cárcere vizinho a ele) era, de ordinário, preciso dar um salto, para não ficar molhado pela água que na entrada caía abaixo, por ter uma cisterna sobre si.

Contudo, nenhum preso adoeceu ou morreu naquele cárcere, como nos demais. Pelo contrário, estando um jesuíta chamado Paulo Machado, de Tonkin, muito doente da gota, entre os três prisioneiros que ali estavam, nele melhorou completamente, e se foi com boa saúde para Roma. Percebendo isto, os outros dois companheiros, podendo depois mudar para outra cela melhor, não o quiseram, até que um deles também foi deportado, obrigando que o terceiro fosse transferido para não estar só.

Enfim, estes lugares eram tais, que entrando os primeiros “cirurgiões”, vendo e examinando tudo, disseram que só por milagre se podia viver neles pelo tempo de um ano.

Sempre com muitas minúcias de particulares, Kaulen narra o cotidiano da vida nos cárceres e a precária situação dos prisioneiros; de como eram tratados pelos carcereiros, os quais aproveitavam todas as oportunidades para roubar-lhes o pouco que tinham, inclusive da comida.

Quanto aos doentes, estes padeciam mais de que todos os demais prisioneiros, pois não houve qualquer assistência nos primeiros 10 ou mais anos de prisão⁴⁰.

Na Torre nunca apareceu um médico de profissão⁴¹. O que fazia a figura de médico era um pobre sangrador, que de ofício, segundo as

notícias que Kaulen pode apurar, antes disso, fazia o vilíssimo serviço de cristaleiro na casa do Marquês de Pombal, quando estava em Oeiras, que fica quase meia hora distante da Torre das prisões.

Por graça de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como fiel servidor em sua casa, foi introduzido na Torre para ser médico dos presos.

Kaulen tinha como certo que Francisco Xavier ordenara que não se concedesse aos doentes os sacramentos sem que estivessem para morrer. Este homem estava fora da fortaleza, em Oeiras, e assim, de noite, não podia acudir; e chamado de dia, vinha quando queria, às vezes, um mês ou mais depois de ser chamado, já estando o doente, ou morto, ou sem cura.

Não receitava coisa de valor, porque nisso daria desgosto a quem o havia de pagar, que era o comandante da prisão. As suas receitas já se sabiam de cor: eram pedilúvios, isto é, água quente para os pés.

Quando era coisa de mais moléstia com *malvas*⁴², em lugar das quais, os carcereiros (só para não ir buscá-las, ainda que as plantas estavam ao pé da fortaleza) metiam uma folha podre de couve, ou repolho; e semi-cúpios; amendoadas; chá de violas⁴³, em lugar das quais metiam duas folhas de papolas, e quatro pés de ginjás⁴⁴. Purgas eram raras, porque custava dinheiro.

Quanto aos mortos, Kaulen registrou fielmente o nome e a proveniência de cada um, formando um *elenco defunctorum* que deveria servir de memória para quando saíssem da prisão.

Modos de resistência

Inexplicável era o aperto com que trataram os presos no princípio⁴⁵. Não se lhes permitia pôr fora do cárcere nem mão, nem pé; vendo que algum punha a cabeça fora, ou que estava na porta, os carcereiros imediatamente corriam e ralhavam. Quando os carcereiros apanhavam algum preso que dava dois ou três passos para ver quem eram os seus vizinhos, trancavam-no por 8 ou mais dias, não permitindo nem que pudesse respirar um pouco de ar fresco.

O ponto era: impedir toda comunicação e notícia não só de fora, mas ainda de dentro; e assim por muito tempo alguns estiveram sem saber quem fosse o seu vizinho de cela. Mas, pouco a pouco, os presos

estabeleceram alguma comunicação com os rapazes auxiliares dos carcereiros; ainda que se passassem quase dois anos antes que padres soubessem quantos ali estavam presos, e quem eram eles.

Todavia, como os rapazes lhes “traziam” muita *patarata*⁴⁶, já eram industriados pelos carcereiros, e pagos para o fazerem, os jesuítas começaram a escrever de uns cárceres para os outros, em pedaços de livros e pedacinhos de papel, que os rapazes lhes traziam, servindo-lhes em lugar da pena, um pãozinho tostado à luz da lâmpada de óleo. Mais tarde, os rapazes também lhes trouxeram penas para escrever, que arrancavam dos perus que estavam ao redor da fortaleza; servindo de tinta o carvão moído.

Com o tempo e muito engenho, alguns presos acharam melhor o fumo das lâmpadas a óleo, que apanhavam com um caco de cerâmica, e melhor com um púcaro tendo água, pendurado sobre a luz, que dava muito boa tinta, a qual não se desfazia, e servia para escrever livros inteiros. Deste fumo até se faziam pastilhas, semelhantes às de nanquim, que alguns chamavam *tôuxe*.

Tendo-se inventados modos de escrever muito seguros, uns trocando os significados das figuras, e outros por algoritmos armados a modo de contas, os jesuítas começaram a ter notícias uns dos outros, como também sobre as necessidades e moléstias de cada um, para se acudir uns aos outros. Desta forma, pediam roupa, algum dinheiro que lhes tinha ficado e tudo o que pudesse se ajudar mutuamente. Mandavam vir dos seus conhecidos, por via de um chaveiro, com o qual se tinha conhecido que o dinheiro podia tudo.

Os carcereiros apanharam-se muitos destes escritinhos, e como não os entendiam, *arrenegavam*⁴⁷, procuravam impedir esta comunicação, dando freqüentes buscas nos rapazes e não os deixando chegar às portas para não poder receber, nem meter escritinhos por baixo delas; e não os deixando entrar sós nos cárceres. Contudo, os presos sempre achavam um novo modo de repassarem os seus escritos; metiam-nos, ou deixando cair em algum canto escuro, quando os rapazes entravam, ou metendo-os nas asas dos vasos imundos, onde os achavam para entregar.

Também, quando não havia outro modo, metiam dentro das camas, que mandavam pedir de um cárcere para outro, para tirar as teias

das aranhas. Outros os lançavam de um cárcere para o outro, amarrados numa pedra.

À falta dos rapazes também supriu muito bem um gato treinado com fome, o qual tinha o seu comer em duas celas. Não se lhe dando de comer em uma, ficando preso, assim que se soltava, partia com o escrito pendurado no colo, com toda pressa, para a outra cela, onde esperava de comer. E depois de acostumado no ofício, já partia mandado por acenos. E como tudo era escuro não se via o que levava.

Sucedeu o caso que este gato, no caminho, foi perseguido pelos cães, e não pôde cumprir a sua embaixada; mas passados um par de dias, estando os padres com muito susto e medo, por causa do escrito, tornou a trazê-lo, assim como o tinha recebido dos seus donos.

Mas, pouco a pouco, os carcereiros apertaram tanto os presos que por escritos mal se podiam comunicar. Assim, não podiam saber se algum estava doente, ou morto; ou se passavam para outros cárceres, como às vezes sucedia; ou ainda se davam busca em alguma parte, para se prevenirem.

A partir deste impedimento, os presos começaram a falar uns com os outros batendo nas paredes. Com o tempo, inventaram um modo muito engenhoso e fácil, com que se divertiam de noite, depois da janta.

Mas, como isto retumbava muito naquelas catacumbas subterrâneas, os carcereiros suspeitaram que os presos construíssem algum túnel subterrâneo, e assim lhes vieram dar buscas, amofinando-os e ameaçando-os para dizerem o que eram aquelas batidas, as quais foram severamente proibidas.

E como as buscas eram a pior coisa que podia acontecer na vida dos presos, eles inventaram outro modo de comunicação, ainda melhor: falando por assobios feitos de canas. Estes se percebiam bem claro e distintamente de longe, conhecendo seus particulares tons podia se identificar de qual cárcere se “falava”.

Os de fora, por muito tempo, pensaram que a maior parte dos presos tinha enlouquecido, estando com assobios de meninos a divertir-se, sem saberem o que era.

Com o tempo, alguns carcereiros começaram a suspeitar que tudo não passasse de uma forma de comunicação entre os presos, mas não conseguiu desvendar o código dos assobios.

O código secreto de comunicação entre os presos

O “A.B.C.” dos assobios e o modo de falar com este código⁴⁸, Kaulen escreve que os chaveiros perceberam que os padres tinham conhecimento sobre algumas coisas que se passavam na Torre. E que o faziam através dos rapazes, porque as correspondências com os de fora, por escritos, não as tinham por serem perigosas demais, podendo aumentar a tribulação para todos. Assim, começaram a pô-los sob severa vigilância. A tal ponto que esta se tornou insuportável para os presos; pois, tendo-lhes deixado antes a porta do cárcere aberta por uma hora, no tempo em que traziam o comer, para entrar algum ar, fechavam-na logo quando traziam ou buscavam alguma coisa. Razão pela qual, alguns presos começaram a considerar se havia modo de abrir as portas, para poderem respirar um pouco, ao menos durante a noite.

Houve um e outro que teve habilidade de pôr em execução o intento, por meio de um prego e ferrinhos que arrancaram dos baús, os quais esquentaram à força da luz da lâmpada a óleo; batidos e preparados nas pedras da prisão.

Outros presos tinham conseguido um pedaço de lima com os rapazes. Estes, chegando às portas dos outros presos, os ensinavam e ajudavam, até que no fim, mais da metade dos cárceres se abriram.

Antes disto, sucedeu também que os carcereiros se esqueciam de alguma porta aberta, dando ocasião para que algum preso pudesse ir ver as circunstâncias, situações dos lugares, já que estavam abertas algumas clarabóias no corredor.

Houve presos que advertiram que um dos chaveiros, que era muito expedito no seu ofício, ia com muita pressa, e fechava em falso as portas das celas, de modo que, às vezes, não lhe caía a mola da fechadura, e que com a mesma ação com que fechava a porta já tirava a chave e fugia. A este, para fechar em falso, pegavam na porta com cera uma lascazinha de pau amarrado a um fio, que era puxada de longe no momento em que se fechava, e a operação estava feita: a porta ficava aberta; eles mesmos sabiam fechar, para no outro dia não se notasse o erro.

Inventaram-se vários modos, proporcionados às fechaduras, para abri-las sem estrondo, e de fechá-las com facilidade e ligeireza, levantando com um ferrinho à mola, e correndo com outro à língua da fechadura.

Pelo tinir das chaves, os presos podiam advertir a vinda dos carcereiros e, assim, reentrarem em tempo cada um na sua cela. Neste caso se espalhavam e fugiam todos. E como alguns dos presos sustentavam gatos dentro dos seus cárceres, estes ao verem fugir os seus donos com o estrondo das chaves, faziam os mesmo. Com o tempo, ao ouvirem as chaves dos carcereiros, recolhiam-se às suas celas, servindo de alerta para os presos que ainda estavam fora das suas prisões e que por descuido não tinham ouvido a aproximação dos carcereiros. Desta forma, muito escaparam de serem apanhados.

Mas os avisos dos gatos serviam apenas para o dia. A espia da noite era um cão que passeava pelos corredores da prisão com os presos, o qual os alertava da proximidade dos carcereiros em troca de algum osso que recebia de tanto em tanto (e que nunca faltava).

À noite, estando alerta o cão e ouvido as chaves, ou qualquer outra agitação fora do tempo, entrava numa cela e fazia *bulga*⁴⁹, dando o seu aviso. Assim, os presos tinham o tempo necessário para que todos se recolhessem e fechassem as suas portas. Todavia, não tardou que os carcereiros caçassem o cão e o matassem, deixando os presos sem o seu fiel vigia noturno.

A universidade subterrânea e os exames de defesa dos estudantes

Para passar e empregar bem o tempo, alguns jesuítas começaram a escrever manuscritos, outros a traduzirem escritos de uma língua para a outra, ou ainda, se dedicaram ao estudo da Filosofia, Matemática, Teologia e qualquer outra matéria para qual houvesse entre eles um especialista. Desta forma, mesmo dentro dos cárceres, quando se podiam abrir as portas, de noite, os professores ali encerrados propuseram que se realizassem os exames dos presos que ainda eram estudantes, e se serviam do tempo da prisão para não perderem os anos de estudo, sempre em vista da futura liberdade que um dia deveriam alcançar⁵⁰.

Faziam-se estes atos com toda solenidade possível. Os presos limpavam um cárcere que se convertia em sala de aula. Para este, traziam os seus banquinhos, fazendo subselios⁵¹. Os cobertores e cobertas serviam de cortinas e tapetes.

Um irmão, com o gênio bem alegre, assumia a função de bidelo com seu bordão. Os argumentos eram introduzidos com cerimônia. O

presidente na sua cadeira, o deferente em pé. Tudo estava bem iluminado com as lâmpadas de óleo trazidas das demais celas. Tudo isto, ao início, tomava ares de uma comédia, mas, não apenas os professores se animassem com as suas proposições, o deferente via-se obrigado a demonstrar a sua defesa com toda a sua energia, pois a ele nada se lhe perdoava no exame.

Passaram-se aos estudantes os certificados necessários para se servirem deles em qualquer parte onde achassem colégios, se acaso saíssem, como saíram, antes da supressão da Companhia, e, segundo Kaulen, os certificados lhes foram muito úteis.

Havia também os que se aplicavam em aprender várias línguas. Como entre os presos estavam jesuítas de quase todas as línguas de Europa, que tinham estado tanto em missões, quanto em nações mais cultivadas, havia uma grande diversidade de professores à disposição de quem desejasse estudar. E como todos eram acostumados ao estudo, havia quase todo o tipo de ciência, artes e habilidades naquela “universidade” subterrânea.

Não faltavam médicos e boticários bons, e entre eles o famoso padre João Batista Kofler da Província Japão. Havia matemáticos; entre eles, o astrônomo P. Inácio Szentmartoni. Mas também não faltavam pintores, escultores, riscadores, e, entre eles, o excelente irmão Antônio Camici, florentino, da Província de Goa.

Como havia quem fizesse bem figuras e estátuas em barro, os presos conseguiram produzir dois presépios completos. Até fizeram muitas dúzias de ramalhetes de flores em papel e cera para a cela-capela, arrumando altares e oratórios.

Finalmente, no ano de 1773, os jesuítas que ali foram todos reunidos para ouviram a intimação do Breve *Dominus ac Redemptor* que decretava a extinção da Companhia de Jesus. Imediatamente foram despojados das roupas clericais que vestiam e passaram a ser considerados como presos comuns até a restauração das suas liberdades.

Conclusão

A dramaticidade da narração dos fatos vividos por Kaulen e seus companheiros vai além do simples narrar acontecimentos, datas e nomes. A *Relação* testemunha a árdua e contínua luta cotidiana dos jesuítas

encarcerados na busca de superação dos limites impostos pelo cárcere. Os presos buscam de todas as formas a manutenção da “normalidade” da comunidade, segundo as normas da vida religiosa. Não apenas resistem a qualquer das formas de supressão da Companhia, mas reivindicam o seu status de religiosos e de jesuítas. Continuam vestindo as vestes clericais, elegem um superior para a “comunidade” na prisão, entram em comunicação epistolar com os jesuítas espanhóis para avisar que vivem segundo as regras da Companhia e mantém, na medida do possível, um ritmo de vida espiritual próprio da Companhia. Chegam a formar uma “universidade subterrânea” para que os escolares que sobrevivessem pudessem continuar a Companhia.

Por outro lado, o objetivo central da minuciosa descrição das injustiças sofridas é provocar no leitor da *Relação* um sentimento de *justiça anamnética*.

Em outras palavras, o primeiro passo para restaurar a justiça à Companhia e aos jesuítas caluniados é impedir que se perca a memória dos fatos, condição essencial para uma justiça efetiva. Isto que dizer que sem a memória, todo e qualquer ato de justiça, como conceder liberdade aos jesuítas presos depois de governo pombalino, ainda ficaria cúmplice dos piores momentos da política real. A memória da narração se propõe como início de um processo individual e social que deve ceder espaço à reconciliação e não como combustível de ressentimento.

Kaulen escreve uma *Relação* que por um lado denuncia fatos, atitudes e personagens, autores de injustiças, mas não esconde a personagens heróicos, leais e empenhados em resgatarem o bom nome da Companhia e dos jesuítas.

É neste âmbito que se insere a sua narrativa apologética. Trata-se de uma história apologética de homens e de suas ações, que resgatam a instituição. Para tanto, ele se servirá de esquema mental muito presente na vida e na experiência de qualquer jesuíta. A partir da experiência dos Exercícios Espirituais, Kaulen aplicará na sua *Relação* o esquema mental do *sentir com*.

Na pedagogia espiritual dos Exercícios o verbo *sentir* é um dos termos mais característicos da antropologia e espiritualidade inacianas. Nele estão concentrados muitos componentes psíquicos e espirituais que implicam na experiência vivida por Santo Inácio e proposta a todos os

membros da Companhia. Neste termo se dá o ponto de confluência dos sentidos corporais, dos afetos e do conhecimento, todos eles convocados para promoverem uma mudança significativa no sujeito. Dito de outra forma, trata-se de uma ressonância unificante do âmbito sensitivo, afetivo e cognitivo. Todavia, se nos Exercícios Espirituais este *sentir* está relacionado com o plano intangível do espírito, com a ótica do “sentir interior”, e não simplesmente com uma vivência afetiva, isto não que dizer que este *sentir* deixe de ser também um veículo de empatia. Longe de ser um mero sentimentalismo, nos Exercícios, *sentir* é antes de tudo *experienciar*, fazer experiência de algo, que implica a totalidade da pessoa, que pouco a pouco se deixa transformar. É um compreender que capta pelos sentidos e que organiza e interioriza a percepção do real.

De forma análoga ao processo dos Exercícios, a *Relação* de Kaulen visa provocar no seu leitor uma transformação de atitude em relação à Companhia e aos jesuítas para além da pura *persuasão* psicoafetiva, ou de simpatia e compadecimento. A memória histórica dos fatos, com seus detalhes, têm por objeto promover uma transformação no sujeito que lê e, com ele e por ele, na sociedade.

Para José Antonio Maravall⁵², a *persuasão* significava incorporar atitudes, crenças, consideradas convenientes, através do apelo emotivo e teatral, em prejuízo do convencimento racional. Na prática das pregações e sermões, por exemplo, adquiria a forma sistemática de domesticação do ouvinte. Ora, tal proposição desconsidera a doutrina aristotélica do agir – inteligência e vontades orientadas ao Bem –, fundamento da sua ética.

Já Majorana⁵³ e Châtellier⁵⁴, autores mais atentos ao pensamento aristotélico, consideram a encenação piedosa, não simplesmente como apelo à comoção, mas com o claro objetivo de *tocar* a inteligência, a fim de que esta selecione o conteúdo, de modo a instigar a adesão da vontade.

Algo análogo se dá com os Exercícios. A inteligência não é anulada, mas instigada. O *sentir com* é um processo que envolve necessariamente as capacidades intelectivas e, portanto, críticas do leitor, no caso da *Relação*.

Neste sentido, o constante apelo ao discurso dramático feito por Kaulen é sim uma apologia da Companhia e dos jesuítas, mas não

marginaliza a inteligência crítica e de discernimento soberana do leitor. O apelo claramente emotivo da *Relação* a partir do esquema mental do *sentir com* dos Exercícios leva o leitor ao *discernimento* do *justo-injusto*, leal-desonesto, coerente-incoerente. Discernimento que adira o emocional e se constitui, desta forma, em caminho por excelência da práxis e do agir ético, isto é, na necessidade de reparação das injustiças feitas. Chega-se assim a compreensão intelectual, alcance do espírito pela sensibilidade.

A narração apologética, fazendo constante uso ao aspecto do real sensível, estimula a faculdade imaginativa como meio eficaz de aproximar a sensibilidade à razão, portadora de verdade, uma vez que a inteligência conhece em duplo sentido: o das espécies sensíveis e o das inteligíveis, o impresso e o expresso.

Esta dinâmica é desencadeada pelo objeto, o qual suscita na inteligência a espécie sensível impressa, que por sua vez dá origem à espécie expressa, isto é, a imagem da coisa reconhecida pelo intelecto como tal.

Este reconhecimento da coisa é a espécie inteligível impressa que finalmente é expresso em forma de conceito, portanto a espécie inteligível expressa, ou a palavra. Desta forma, sobressai-se nesta dinâmica o papel mediador da imagem, amplamente utilizada pelo autor da *Relação*.

Este é o motivo pelo qual os comoventes fatos narrados não se ligam somente à afetação do sensorial, mas atingem, através destes, a inteligência discernitiva.

Finalmente, o dinamismo psíquico do leitor da *Relação* é estimulado a discernir, construir e aderir à matéria proposta (i.e., à injusta prisão dos jesuítas), e recompor a justiça. Desta forma, através da dinâmica da narração apologética, o leitor deixa de ser mero “ouvinte” passivo e inoperante para ser agente de superação das injustiças e restabelecimento da justiça. Inteligência e discernimento são os objetivos do narrador.

Com efeito, se tivermos em consideração que a antropologia fundante da ação da Companhia de Jesus ligava-se à metafísica do conhecimento de Tomás de Aquino, unidade de corpo e alma, então veremos que o homem só pode conhecer a partir de dados sensíveis obtidos pelos sentimentos externos. Assim, conhecimento é conhecimento

por evidência, o qual se alcança partindo dos elementos sensoriais para apreender pelo intelecto o transcendente; na *Relação*, a justiça.

Justifica-se assim a construção da narrativa apologética fortemente sensível como busca da adesão livre da vontade ao conteúdo que se propõe à inteligência: a necessidade de restabelecer a honra e a justiça aos jesuítas.

Referências Bibliográficas

ALDEN, Dauril, “Aspectos Econômicos da Expulsão dos Jesuítas do Brasil”. In: *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 31-85.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS, *Lisboa, Junta da Inconfidência, Lista dos Individuos ex-Jesuítas Portuguezes assistentes No Estado do Pontifice*, 4/1777, s/l, *Maço* 267, f. 15.

COUTO, Jorge, “O Poder Temporal nas Aldeias dos índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no Período Pombalino: Foco de conflitos entre os jesuítas e a coroa (1751- 1759)”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.). *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FRANCO, José Eduardo. “Fundação Pombalina do Mito da Companhia de Jesus”. In: *Revista de História das Idéias – O estado e a Igreja*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, v. 22.

_____, *O mito dos Jesuítas. Em Portugal, no Brasil e no Oriente (séc. XVI-XX)*, 2 vols. Lisboa: Geadiva, 2006.

_____, *A visão do Outro na literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República*. In: *Lusitânia Sacra*, T. XII, 2000, pp. 121-142.

FRANCO, José Eduardo-VOGEL, Christine, *Monita Secreta. Instruções secretas dos Jesuítas. História dum manual conspiracionista*, Lisboa, Roma Editora, 2002.

FRANCO, José Eduardo-REIS, Bruno Cardoso, *Vieira na Literatura Anti-Jesuítica*, Lisboa, Roma Editora, 1997.

KAULEN, Lourenço, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus no reyno de Portugal, nas sua prisões, destierros e carceres, em que estiverão por tempo de 18 annos, isto he do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado del Rey D. José I sendo Primeiro Ministro [...] Marquez do Pombal. Manuscrito, obra feita pelo Padre Lourenço Kaulen Allemão da*

cidade de Colonia a borda do Rheno, e companheiro dos de que escrevo, Missionario que foi no Brasil na Provincia de Para nos rios de Tocantins, Amazonas e Xingu. BNL, Manuscrito-Microfilme, Reservados F 2945/ Fg 7997, [s/l]:[1784].

_____. *Relação das coisas notáveis da nossa viagem do desterro do Pará para Lisboa, a qual fizeram dez religiosos da Companhia, Padre Domingos Antônio, Reitor do colégio do Pará, Luiz Álvares, Manuel Afonso, Manuel dos Santos, Joaquim de Carvalho, Antônio Meisterburg, Lourenço Kaulen, João Daniel, Joaquim de Barros, Anselmo Eckart; e alguns dez religiosos de São Francisco, na nau chamada Nossa Senhora do Atalaia, no ano de 1757. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IGHB): Manuscrito 2-3-13.*

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (10 vol.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1949.

MARAVALL, J. M., *A Cultura do Barroco*. São Paulo, EDUSP, 1997.

MAJORANA, B. *Elementi Drammatici Nella Predicazione Missionaria. Osservazioni su un caso gesuitico tra XVII e XVIII secolo*. In: MARTINA, G., DOVERE, U. *La Predicazione in Italia dopo il Concilio di Trento, Atti del X Convegno di Studio dell'Associazione Italiana dei Professori di Storia della Chiesa, Napoli, 6 a 9 di Settembre 1994*, Roma, 1996, 127-152.

_____. *Il pulpito e l'attrice. Il teatro nella predicazione di Paolo Segneri*. In: *Fantasmî femminili nel castello dell'incoscio maschile. Atti del Convegno Internazionale, Torino, marzo 1993*, Genova, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, III tomos, 1963.

OLIVEIRA, Francisco Romano, *Compendio Istorico dell'espulsione dei Gesuiti dai Regni di Portogallo, e da tutti i suoi dominj. Diviso in tre parti, nelle quali si racconta tutto ciò d'interessante, e sostanziale, che precedette, accompagnò, e seguì questo fatto sì memorabile*. In Nizza: s/ed., 1791, p. 253-254

LEROY, Michel, *O Mito Jesuíta. De Béranger a Michelet*, Lisboa, Roma Editora, 1999.

QUADROS, Eduardo Gusmão de, QUADROS, E. G., *Luzes e sombras sobre a alma nativa*. In: *Saberes e práticas antropológicas*, 2006, Goiânia. Saberes e práticas antropológicas: XXX ABA, 2006.

REICHARDT, Rolf, *L'imaginaire social des jésuites bannis et expulsés (1758-1773): Aux origines de la polarisation idéologique entre Lumières et Anti-Lumières*. In: Manfred Tietz [ed.], *Los jesuitas españoles expulsos. Su imagen y su contribución a saber sobre el mundo hispánico en la Europa del*

Siglo XVIII. Actas del coloquio internacional de Berlin (7-10 de abril de 1999). Madrid-Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2001, 473-500.

Notas

¹ “L’esprit de vertige, [...] qui a causé le malheur des Jésuites en France, semble leur annoncer un pareil sort dans le reste de l’Europe [...] ; ils ont tout lieu de craindre que la bombe qui a crevé en Portugal & en France, ne lance des éclats coutr’eux dans toutes les parties de l’Europe”. [Jean de Rond d’Alembert,] *Sur la Destruction des Jésuites en France*, s.l., 1765, pp. 218-219. Ver o trabalho de Rolf Reichardt, *Liminaire social des Jésuites bannis et expulsée (1758-1773): Aus origines de la polarisation ideologique entre Lumières et Anti-Lumières*. In: Manfred Tietz [ed.], **Los jesuítas españoles expulsos. Su imagen y su contribución a saber sobre el mundo hispánico en la Europa del Siglo XVIII**. Actas del coloquio internacional de Berlin (7-10 de abril de 1999). Madrid-Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2001, 473-500.

² Trata-se de uma vinheta da época sem indicação de data, autor ou local de impressão. IHSI, Biblioteca.: Miscel. Ges. I/III, 24.

³ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus no reyno de Portugal, nas sua prisões, destierros e carceres, em que estiverão por tempo de 18 annos, isto he do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado del Rey D. José I sendo Primeiro Ministro [...] Marquez do Pombal*. Manuscrito, obra feita pelo Padre Lourenço Kaulen Allemão da cidade de Colonia a borda do Rheno, e companheiro dos de que escrevo, *Missionario que foi no Brasil na Provincia de Para nos rios de Tocantins, Amazonas e Xingu*. BNL, Manuscrito-Microfilme, Reservados F 2945/ Fg 7997, [s/I]:[1784], f. 1.

⁴ Existe uma outra apologia de Lourenço Kaulen, a relação do seu próprio destierro em 1757. LOURENÇO KAULEN, *Relação das coisas notáveis da nossa viagem do destierro do Pará para Lisboa, a qual fizeram dez religiosos da Companhia, Padre Domingos Antônio, Reitor do colégio do Pará, Luiz Álvares, Manuel Afonso, Manuel dos Santos, Joaquim de Carvalho, Antônio Meisterburg, Lourenço Kaulen, João Daniel, Joaquim de Barros, Anselmo Eckart; e alguns dez religiosos de São Francisco, na nau chamada Nossa Senhora do Atalaia, no ano de 1757*. IHGB, Arquivo 2-3-13.

⁵ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, f. 33.

⁶ Nasceu em Lameiras (ou Lameiro), Coimbra, aos 8 de março de 1708. Antes de entrar na Companhia, chamava-se antes Antônio Lourenço. Entrou na Companhia aos 7 de dezembro de 1728. Em 1731, embarcou para o Maranhão e Pará, onde chegou aos 25 de maio. Fez os seus últimos votos aos 15 de agosto de 1742. Concluídos os estudos, trabalhou nas aldeias e fazendas. Foi o último missionário jesuíta da aldeia do *Maracanã*. Estava em *Gibrié (Gibyri)* quando foi preso (encontrava-se no rio quando foi preso e ali mesmo revistado pelos soldados que o buscavam) e exilado para o Reino em 1760 e daí para Roma. Kaulen diz que ele era o fazendeiro de Gibrie. Não confundir com o

outro P. Antônio Baptista, Procurador da Província do Brasil e que morreu no S. Julião aos 21 de dezembro de 1772. Este poderia ser o P. Antonio Batista que morreu na Vila Imperiale, Pésaro, com 84 anos de idade, e que foi assistido pelo P. Bessa (as datas parecem combinar). Faleceu aos 22 de novembro de 1792.

⁷ A missão de *Gibiríé* (*Gibiré, Gibrié*) estava pouco distante de Mortigura. Tratava-se de uma fazenda doada ao Colégio do Pará, antes de 1709, por Francisco Rodrigues Pimenta, com a condição de nunca ser vendida ([BROTÉRIA] ARQ. PROV. PORT., *Pasta* 176, doc. 27). Em 1730 tinha 87 índios (*ARSI*, BRAS. 10-II, f. 338r). Constava de três léguas de terra, com dois cacaais e duas grandes roças. Havia uma serralharia, serraria e dois teares, além de uma casa de canoas. A residência dos padres era pequena, mas dispunha das peças indispensáveis, onde não faltava uma estante de livros. A igreja media 55 por 60 palmos de comprimento e 25 de largura. O orago era de S. Francisco Xavier. Além desta imagem, havia outras e diversos painéis. SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. III. Rio de Janeiro-Lisboa: Instituto Nacional-Livr. Portugal, 1943, pp. 300-301.

⁸ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus*[...], f. 38.

⁹ *Ibidem*, ff. 34-35.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

¹¹ Na relação que escreveu sobre a sua própria expulsão, Lourenço Kaulen dá detalhes que ilustram abundantemente as penúrias dos desterrados jesuítas, condenados a se recolherem forçosamente em Portugal. Veja-se LOURENÇO KAULEN, *Relação das coisas notáveis da nossa viagem do desterro do Pará para Lisboa*[...]. *IHGB, Arquivo* 2-3-13. Esta relação foi estudada pela Prof.ª Patrícia Domingos Woolly Cardoso e apresentada como sob o título de *O diário de Bordo de um Jesuíta Expulso do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1757-1758*, na 26ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa História, em julho de 2006 e disponível em forma eletrônica no endereço: <sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Patricia_Domingos_Woolley_Cardoso.pdf> [14 de janeiro de 2009].

¹² LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus*[...], f. 35.

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, ff. 36-37.

¹⁵ *Ibidem*, f. 40.

¹⁶ Natural de Lisboa, nasceu aos 7 de março de 1740 [ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS, *Lisboa, Junta da Inconfidência, Lista dos Individuos ex-Jesuitas Portuguezes assistentes No Estado do Pontifice*, 4/1777, s/l, *Maço* 267, f. 15]. Entrou na Companhia aos 21 de maio de 1755. Veio para o Brasil em 1756, como escolástico. Estava na residência de Anadiba (*Apêndice ao Catálogo Português de 1906*, Residência Anandiba, nº 12). Era estudante de Retórica ao tempo da expulsão. Segundo o autor do *compendio Istorico*(FRANCISCO ROMANO OLIVEIRA, *Compendio Istorico dell'espulsione dei Gesuiti dai Regni di Portogallo, e da tutti i suoi dominj. Diviso in tre parti, nelle quali si racconta tutto ciò d'interessante, e sostanziale, che precedette, accompagnò, e seguì questo fatto*

sì memorabile. In Nizza: *s/ed.*, 1791, p. 253-254), tendo Bulhões conhecido este jesuíta em Lisboa, tentou persuadi-lo a deixar a Companhia, separando-o dos demais jesuítas vindos do Maranhão. Mas ele perseverou. Morreu na Itália, provavelmente em Cassia.

¹⁷ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 41-42.

¹⁸ Forma popular de *aletria*, i.e., massa de farinha em fios delgados.

¹⁹ Uma *libra* no Brasil, ou um *arratel*, correspondia a aproximadamente 0,459 kg.

²⁰ Nasceu em Monçarros (Anadia - Portugal), aos 16 de junho de 1712. Entrou na Companhia em Coimbra, no 1 de outubro de 1726, embarcando para as Missões do Maranhão e Pará aos 18 de abril de 1728. Fez os últimos votos aos 8 de setembro de 1744. Ensinou Retórica, Filosofia e Teologia. Ocupou o cargo de Mestre de Novícios e foi missionário em diversas partes. Homem piedoso e sumamente culto. Morreu no Colégio do Pará, aos 15 de agosto de 1760.

²¹ A hidropisia se apresenta como uma doença que provoca a acumulação de um líquido aquoso nas cavidades ou tecidos do corpo. Às vezes chamada edema, ocorre em afecções como a doença de Bright, a cirrose do fígado, a anemia, e algumas formas de doença do coração. A hidropisia é causada por distúrbios na circulação do sangue. Pode ter uma distribuição generalizada, ocorrendo em quase todas as partes do corpo, ou pode ser local, isto é, apresentar-se em uma parte apenas do corpo. A hidropisia geral dá-se o nome de anasarca. A hidropisia é mais comum no abdome, no peito, no encéfalo, nos rins, nas pernas e em torno dos olhos. Pode ser reconhecida pela formação de pequenas depressões que persistem quando se faz pressão sobre a parte afetada.

²² *I. e.*, de hernia intestinal.

²³ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 42-43.

²⁴ *Idem, ibidem* ff. 14-16.

²⁵ *Idem, ibidem* ff. 44-45.

²⁶ *Idem, ibidem* f. 45.

²⁷ *Idem, ibidem* ff. 302-305.

²⁸ *Idem, ibidem* ff. 204-224.

²⁹ *Idem, ibidem* ff. 224-228.

³⁰ *Idem, ibidem* ff. 47-50.

³¹ *Catanria*, i.e., pedra rija e quadrada para construções.

³² LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 61-63.

³³ Em Lisboa, 1 *dedo* equivalia a 4 *Gões* ou 8 *Linhas*, i.e., 0,018 mt.

³⁴ Um *palm* de Craveiro na medida de Lisboa equivalia a 8 *polegadas* ou 0,21 mt.

³⁵ *Vitesgas*, i.e., *betegas*, rua estreita, beco sem saída.

³⁶ *Resistos*, i.e., registros.

³⁷ Uma *pipa* para líquidos em Lisboa equivalia a 26 *Almudes*, ou 430 litros.

³⁸ Isto é, as pulgas.

³⁹ *Enstuporados*, i.e., *estuporados*, estragados.

⁴⁰ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 121-124.

⁴¹ *Idem, ibidem*, ff. 124-131.

⁴² *Malva*, i.e., gênero de planta emoliente.

⁴³ *Violas*, i.e., violetas.

⁴⁴ *Ginja*, fruto da *ginjeira*, variedade de cerejeira, de fruto agridoce e de cor vermelho-escuro.

⁴⁵ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 142-146.

⁴⁶ Do espanhol, *patarata*, isto é, ostentação ridícula, mentira jactanciosa.

⁴⁷ *Arrenegar*, blasfemar contra, irritar-se.

⁴⁸ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 146-150. Veja-se o anexo 2.

⁴⁹ *Bulga*, i.e., *bulha*, barulho.

⁵⁰ LOURENÇO KAULEN, *Relação de algumas causas que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus[...]*, ff. 155-157.

⁵¹ Do latim, *sublelium*, isto é, bancadas (bancos inferiores).

⁵² MARAVALL, J. M., *A Cultura do Barroco*. São Paulo, EDUSP, 1997.

⁵³ MAJORANA, B. *Elementi Drammatici Nella Predicazione Missionaria. Osservazioni su un caso gesuitico tra XVII e XVIII secolo*. In: MARTINA, G., DOVERE, U. *La Predicazione in Italia dopo il Concilio di Trento, Atti del X Convegno di Studio dell'Associazione Italiana dei Professori di Storia della Chiesa*, Napoli, 6 a 9 di Settembre 1994, Roma, 1996, 127-152.

⁵⁴ CHÂTELLIER, L. *A Religião dos Pobres. As Fontes do Cristianismo Moderno Século XVI-XIX*. Lisboa: Estampa, 1995.

ANEXOS



146

hum moedinha de ouro escondida entre a emaderna-
ção, perguntado se tinha varias vezes se tinha entrega-
do o Livro, sempre respondia que sim; e o Padre por as-
socio bem sabia, que isso era falso. Passando se tempo sem se
entregar o Livro, e acabando se a paciencia ao Padre, come-
çou este a lhe fallar claro, dizendo que lhe constava de certo,
que tal livro não se entregara, e que o mesmo Sugeito, a
quem era mandado, lhe dijera. Então he que fez reflexões
perquandindo se que os Padres ainda, que estevão distantes, se
communicavão pelos assobios, e entregou o Livro, e mos-
trando o dinheiro, que nelle achou, cuidando que o Padre
apanhado neste segredo lhe daria.

229.

Finalmente

O A.B.C. dos Assobios, e o modo do faller era este.

a	— • . . . " . . . "	Hum gaitada só.
b	— • • . . . " . . . "	duas gaitadas separadas.
c	— • • • . . . " . . . "	tres.
d	— • • • • . . . " . . . "	quatro gaitadas separadas.
e	— • • • . . . " . . . "	tres pequenas appressadas continuadas.
f	— • • • . . . " . . . "	tres peg. appressadas. e h. c. h. forte separadas.
g	— • • • • . . . " . . . "	tres ou . . e duas fortes separadas.
h	— • • • • •	
i	— • • • • •	
x	— • • • • •	
l	— • • • • •	Duas peq. de tres peg. continuadas
m	— • • • • •	duas de tres peg. ou e hum grande.
n	— • • • • •	
o	— • • • • •	
p	— • • • • •	
q	— • • • • •	Tres de 3. continuadas, e unidas.
r	— • • • • •	
s	— • • • • •	
t	— • • • • •	
u	— • • • • •	
v	— • • • • •	
x	— • • • • •	quatro de tres peg. contin. e unidas.
z	— • • • • •	

147

derma-
ntrega-
por as-
sem se
, come-
cebo,
ito, a
leisao?
les, se
mos -
adre
era este,
des.
des.
ntionadas,
nte Separa-
radas.
inuadas
grande.

Practica.

Bom dia.

b. • •
o. • • • • •
m. • • • •
D. • • • •
i. • • • • •
a. •

faz hoje.

f. • • • •
a. •
2. • • • • •
H. • • • •
o. • • • • •
e. • • • • •

Modo de escrever por figuras de Contas.

A. 1. o. 40
b. 2. p. 50
c. 3. q. 60
d. 4. r. 70
e. 5. s. 80
f. 6. t. 90
g. 7. u. 100
h. 8. x. 200
i. 9. z. 300
l. 10.
m. 20
n. 30.

Practica.

454080, 1004080, 70017045.
205401209740
4540801004286111226785. *Somma.*

Explicação.

De os vos guarde
4 5 40 80, 100 40 80, 7 100 1 70 4 5

m e o Amigo
205401209740.

Para inobrir pode se Summar no fim; e para
inobrir mais, e fazer difficulte a interpretação, não
se distinguem as palavras, nem se fazem interposições.

